

PRECAUÇÕES DOS PRÍNCIPES EM SEUS AMORES: preocupações de Bossuet em relação às guerras civis na França¹

PRECAUTIONS IN PRINCES OF THEIR LOVES: Bossuet concerns in relation to the civil wars in France

MARIA IZABEL BARBOZA DE MORAIS OLIVEIRA
Profa. Dra. da Universidade Federal do Maranhão /UFMA
São Luís/Maranhão/Brasil
izabarboza@ig.com.br

Resumo: O propósito deste artigo é demonstrar que, por ter assistido a Fronda (1648-1653), guerra civil contra o poder constituído na França, Bossuet (1627-1704), um defensor da monarquia e conselheiro de Luís XIV (1638-1715), no artigo terceiro do livro nono de sua *Politique* (1701-1702), busca aconselhá-lo a ter precauções em sua vida amorosa. Pois, na concepção de Bossuet, nos momentos em que os reis negligenciam as questões de Estado em prol das questões do coração, eles ficam frágeis; com isto, a nobreza e outros súditos pertencentes a outras camadas sociais podem se aproveitar para se revoltar contra eles, o que pode ser fatal ao seu poder.

Palavras-chave: Bossuet - Fronda – Luís XIV – paixão - poder

Abstract: The purpose of this article is to demonstrate that, having watched the Fronde (1648-1653), civil war against the constituted power in France, Bossuet (1627-1704), a supporter of the monarchy and adviser to Louis XIV (1638-1715), on third article of the ninth book of his *Politique* (1701-1702), seeking advise you to take precautions in your love life. For the design of Bossuet, at times when the kings neglect matters of state in favor of matters of the heart, they are fragile, with it, the nobility and other subjects belonging to other social groups can take advantage of to revolt against them, which can be fatal to his power.

Keywords: Bossuet - Fronde – Louis XIV – passion - power

¹ Artigo submetido à avaliação em 15/10/2012 e aprovado para publicação em 31 /11 /2012.

Na concepção de Bossuet, qual a relação entre a vida amorosa dos príncipes e as guerras civis ocorridas em seu reino? A atenção dos príncipes às suas amantes poderia prejudicar o seu poder? Esta será a questão abordada neste artigo.

A metodologia de interpretação de texto aqui utilizada para melhor compreender o pensamento político de Bossuet é denominada de contextualismo linguístico, que relaciona o texto ao contexto histórico e intelectual em que foi produzido, buscando perceber quais as intenções do autor. Segundo tal metodologia, o autor escreve o seu texto com a intenção de participar e intervir nas questões de sua época (cf. SKINNER, 1999, p. 13; TUCK, 1992, pp. 274-275).

Jacques-Bénigne Bossuet pertenceu a uma família católica de parlamentares e magistrados. O seu pai foi um magistrado eminente. De início escrivão e advogado do Parlamento, em 1626 entrou para o Conselho de Estado. Bossuet nasceu em Dijon, na França, em 27 de setembro de 1627. Foi tonsurado aos oito anos, em 1635. Neste mesmo ano, passou a estudar no colégio dos jesuítas de sua cidade. Aos treze anos, entrou para o mosteiro de Metz, sendo nomeado no mesmo ano ao canonicato desta cidade. Ingressou no Colégio de Navarra em 1642, onde estudou Filosofia e Teologia. Em 1652, ordenado padre, foi nomeado a arcebispo de Metz, mas foi para Paris em 1659, abandonando o cargo. Por meio de seus sermões e orações fúnebres, alcançou grande fama como orador sacro. Assim, era convidado a fazer orações fúnebres de pessoas ilustres da realeza. Em 1669, foi nomeado por Luís XIV ao bispado de Condom. No ano seguinte, o rei o nomeou preceptor do Delfim²; para exercer a função de preceptor, Bossuet renunciou ao bispado de Condom e passou a residir na corte do Rei Sol. Em 1671, entrou para a Academia Francesa. Nesta época, Bossuet também foi nomeado conselheiro espiritual do rei. Após terminar o preceptorado, em 1681, Luís XIV o nomeou bispo de Meaux. Bossuet deixou a corte e passou a viver neste bispado até 1704, ano de sua morte.

Bossuet encarnou o espírito da polêmica teológico-religiosa na segunda metade do século XVII. É preciso recordar, com René de la Broise, que ele “é talvez o maior de nossos autores clássicos” (LA BROISE, 1971, p. VII). Neste sentido, é de fundamental importância sabermos quem leu e o que ele leu, e como leu os escritores políticos e intelectuais que sobre ele exerceram influência.

Devido ao fato de Bossuet ter sido destinado desde cedo aos estudos eclesiásticos, tratou de fazer todas as leituras que, em seu entendimento, seriam necessárias e úteis a este ministério tão importante. Assim sendo, dedicou-se a fazer “desde a leitura da Bíblia até a

² Como era chamado na França o primogênito do rei, seu presuntivo sucessor.

dos autores profanos, e desde os Padres da Igreja até os teólogos da escola e os escritores místicos” (DUSSAULT, 1874, p. 1). Como Bossuet nasceu no seio “de uma boa e antiga família burguesa de magistrados e parlamentares”, ele foi criado junto aos livros e bibliotecas domésticas (SAINTE-BEUVE, 1928, p. 29).

O pai de Bossuet, mesmo morando em Metz, devido a seu trabalho no Conselho de Estado, conservava um gabinete em Dijon, onde ia sempre que podia para visitar a sua família. Certo dia, naquele gabinete, o jovem Bossuet encontrou e abriu uma Bíblia latina pela primeira vez. Foi profunda a impressão que ele recebeu. Nesse instante, imergiu nela e nunca mais saiu (cf. SAINTE-BEUVE, 1928, p. 105; LAVISSE, s.d., p. 108). Naquela época, o jovem Bossuet estava em seu ano de retórica; o estudo das belas letras ocupava o primeiro lugar em seu pensamento. Porém, no momento em que ele viu uma Bíblia latina, e a leu pela primeira vez, o estudo das belas letras imediatamente perdeu seu posto. A impressão de luz e de felicidade que ele sentiu naquele momento sempre o acompanhou até o último dia de sua vida. Foi como se ele tivesse se revelado a si mesmo. Imediatamente, “ele se torna o filho e logo o homem da Escritura e da palavra santa” (SAINTE-BEUVE, 1928, p. 66). Era na Bíblia que ele se apoiava em todas as suas atividades de eclesiástico e de doutor: teses, predicções, conferências e controvérsias. Na Bíblia, Bossuet “punha todo o sentido e toda a doutrina, ele aí encontrava toda sua essência” (SAINTE-BEUVE, 1928, p. 66). A paixão que ele sentia pelos livros sagrados fazia com que se dedicasse a celebrar a palavra de Deus com a eloquência dos profetas e a pregar com o mesmo zelo dos apóstolos (DUSSAULT, 1874, p. 1).

As *Sagradas Escrituras* tiveram um papel de destaque na formação de Bossuet. Segundo La Broise, “o grande escritor não parou de estudar a palavra de Deus, de pregá-la, ensiná-la, defendê-la, de nela inspirar-se em todas as suas ações e em todos os seus trabalhos” (LA BROISE, 1971, p. VIII). A parte principal da formação de Bossuet vem da Bíblia. Este foi o livro que exerceu maior influência em seu estilo. De fato, o estilo e a linguagem de Bossuet são essencialmente bíblicos (cf. LA BROISE, 1971, pp. VIII-IX). Em sua juventude, ele realmente havia se dedicado com afinco aos estudos bíblicos. Lia e relia a Escritura (cf. LA BROISE, 1971, p. XXV).

Bossuet foi um aluno admirável do Colégio de Navarra. Assim como o padre Nicolas Cornet, mestre e amigo, “ele ‘se alimentava e se saciava da melhor essência do cristianismo’” (LAVISSE, s.d., p. 108). Para uma melhor compreensão da Escritura, ele estudava os Padres da Igreja, pois, na concepção de Bossuet, eles eram melhores que os novos intérpretes. Para Bossuet, somente neles ele encontrava a pura substância da religião e a essência do

cristianismo. Bossuet foi imensamente alimentado pela religião (cf. LAVISSE, s.d., p. 108). Encontra-se com frequência, em suas notas e sermões, citações de vários deles, entre os quais Clemente de Alexandria e o papa São Gregório. Contudo, quatro padres, três latinos e um grego, foram os seus preferidos: Tertuliano, São Cipriano, São Crisóstomo e, principalmente, Santo Agostinho (cf. LA BROISE, 1971, pp. XXVIII-XXIX).

Os anos em que Bossuet retirou-se em Metz para estudar lhe renderam bons frutos. Serviram para alimentar o seu talento. Lia e meditava a Bíblia. Juntamente com seu santo livro, tinha Santo Agostinho sempre presente. Bossuet “o conhecia a fundo como o grande reservatório de princípios da teologia” (SAINTE-BEUVE, 1928, p. 67). Dos doutores da Igreja, a sua maior admiração era por Santo Agostinho. “Ele o sabia de cor, citava-o sem cessar” (DUSSAULT, 1874, p. 1). Para Bossuet, era neste Padre da Igreja que ele encontrava a resposta a todas as suas dificuldades. Por isso, onde quer que ele fosse levava-o consigo (cf. DUSSAULT, 1874, p. 1; SAINTE-BEUVE, 1928, p. 67). O fato de Bossuet não ser somente doutor, mas também orador, fazia com que ele não se separasse de Santo Agostinho, São Crisóstomo. Com este, Bossuet aprendia a interpretar a Santa Escritura de forma mais apropriada à cátedra (SAINTE-BEUVE, 1928, p. 67). Na concepção de Bossuet, “esse Padre era o maior predicador da Igreja” (LE DIEU apud SAINTE-BEUVE, 1928, p. 67).

Durante toda a sua vida, Bossuet procurou instruir-se, e esta preocupação foi maior no período do preceptorado. Sendo assim, aos quarenta e três anos, ele retomou e ampliou seus estudos (cf. LAVISSE, s.d., p. 108). Bossuet estudou profundamente a literatura latina e grega para poder exercer a importante função de preceptor do Delfim com maior capacidade (cf. LA BROISE, 1971, pp. XXXI-XXXII). Nos dez anos do preceptorado, Bossuet retomou os seus estudos humanísticos com o propósito de oferecer um melhor ensinamento a seu aluno. Esse foi o período em que ele mais se ocupou das belas letras. Ele lia e relia Homero e Virgílio com muito entusiasmo (cf. SAINTE-BEUVE, 1928, pp. 30, 76-77). No entanto, mesmo nos anos do preceptorado, em que Bossuet foi reconduzido de modo favorável à literatura profana, em toda a sua vida ele se alimentou mais dos autores sagrados que dos profanos (cf. SAINTE-BEUVE, 1928, p. 106). Apesar do entusiasmo de Bossuet pelos autores antigos, ele não deixou de estudar e de se aprofundar nos estudos bíblicos. Pelo contrário, foi no período do preceptorado que os estudos sobre os seus livros preferidos foram mais fecundos (cf. LA BROISE, 1971, pp. XXXI-XXXII). A Escritura foi sempre sua principal e perpétua leitura. Sob ela, Bossuet “aspirava envelhecer e morrer” (cf. SAINTE-BEUVE, 1928, p. 106).

Na segunda metade do século XVII, com Luís XIV no poder, a doutrina do direito divino dos reis alcançou o seu ápice. Porém, foi neste período também, sobretudo no final de

seu reinado, que as críticas ao absolutismo monárquico foram mais contundentes. (cf. SÉE, 1923, p. 7).

Os libertinos do século XVII defendiam o espírito crítico que tinha sido almejado pelos reformadores do século anterior. Segundo constata Henri Sée, discípulos de Epicuro ou de Montaigne, os libertinos eram céticos; defendiam a liberdade de pensamento, “a causa da independência intelectual, da crítica científica” (SÉE, 1923, p. 339). Como Descartes, submetiam as causas religiosas à razão. No século XVII, o movimento dos libertinos, que reivindicava a liberdade de pensamento, alcançou notável progresso. Segundo Henri Sée, Pierre Bayle, o discípulo de Descartes, foi a maior expressão desse movimento (cf. SÉE, 1923, pp. 339-341, 350).

Diversos pensadores criticaram o regime de Luís XIV na segunda metade do século XVII. Entre eles estavam Jurieu, Fénelon, Saint-Simon, Boulainvillier e Pierre Bayle (cf. SÉE, 1923, pp. 359-362): espécie de reencarnação francesa de Maquiavel, ao mesmo tempo que uma antecipação de Voltaire. Nesta onda de defesa da liberdade de pensamento, Bossuet posicionou-se como um conservador, criticando todas as tendências renovadoras das ideias em seu tempo. Afinal, no século XVII, o movimento intelectual dos libertinos apresentou forte oposição e ameaça às monarquias absolutistas. Assim é que, por aderência natural, os libertinos estavam entre os interlocutores de Bossuet, ou melhor, em sua linha de tiro.

Conforme observa Sainte-Beuve, Bossuet “detestava a novidade, a inquietude e a mudança; em uma palavra, é o mais magnífico e o mais soberano órgão e intérprete do que é instituído primordialmente e estabelecido” (SAINTE-BEUVE, 1928, p. 112). Bossuet criticou a Reforma por ser uma inovação religiosa. Em sua *Histoire des variations des Églises protestantes*, Bossuet afirma que “as variações são o estigma do terror e o imobilismo o sinal da verdade” (TOUCHARD, 1970, p. 131).

Todas as formas de atividades humanas que não conduzem a Deus foram condenadas por Bossuet. Nos últimos anos de sua vida, para defender suas ideias contra os adversários, ele se engajou em várias polêmicas. Em suas *Maximes et réflexions sur la comédie*, de 1694, ele baniu o teatro (cf. CALVET, 1952, pp. 289-290, 304), como também a poesia e a filosofia em seu *Traité de la concupiscence*, de 1694 (cf. LAVISSE, s.d., p. 111); em sua *Défense de la tradition et des Saints Pères*, de 1691-1693, perseguiu os novos críticos da Bíblia, encarnados na pessoa de Richard Simon (cf. SAINTE-BEUVE, 1928, pp. 89-90); em sua *Instruction sur les états d’oraison*, de 1697, e *Relation sur le quiétisme*, de 1698, manteve uma encarniçada perseguição ao quietismo, na pessoa de Fénelon. Como lembra Le Brun, Bossuet engajou-se ativamente em uma das mais importantes querelas de seu tempo: a querela

do puro amor. Fénelon e Mme Guyon foram severamente criticados por ele (cf. LE BRUN, 2002).

Bossuet defendia suas ideias com tanto ímpeto que muitas vezes chegava a ser ríspido. Em sua consciência, a sua função era proteger a verdade. Nos seus últimos anos, principalmente, ele chegava a confundir sua causa com a causa da doutrina; daí o seu alto grau de exaltação e até de cólera (cf. CALVET, 1952, p. 295). Em seu duelo teológico com Fénelon, Bossuet refutou as ideias de seu adversário com extremo vigor. Nesta disputa, Bossuet fez o seu trabalho de doutor em teologia, no qual assumiu o seu papel de “guardião incorruptível da verdade” (SAINTE-BEUVE, 1928, p. 69; cf. DUSSAULT, 1874, p. 11).

Nos últimos anos de sua vida, uma grande preocupação tomou conta de Bossuet. Ele percebia que a grandeza da França era ilusória e que a sociedade francesa estava se desagregando. As grandes tarefas em que ele se empenhou fracassaram ou foram novamente colocadas em xeque. Como nos afirma Calvet, “os libertinos, que ele acreditou reduzir ao silêncio, são mais numerosos que nunca e eles têm a pretensão nova de apoiar sua incredulidade sobre a ciência” (CALVET, 1952, p. 294).

Em meio a essas discussões penosas, sentindo que sua morte estava muito próxima, sem abandonar a polêmica, Bossuet passou a se dedicar mais à poesia que nele estava contida até este momento. Essa poesia se difundia em suas cartas de direção, como também em suas obras de piedade, entre elas as *Méditations sur l'Évangile*, de 1695, as *Élévations sur les mystères*, do mesmo ano, e a *Préparation à la mort* (CALVET, 1952, p. 295).

Bossuet não admitia nem tolerava a dúvida, a inquietude e a busca de novas verdades. A qualquer sinal destas tendências ao seu redor, sua impaciência era tanta que imediatamente todo o seu raciocínio e sua doutrina se prontificavam para a “guerra”, como um exército pronto para a batalha (cf. SAINTE-BEUVE, 1928, p. 101). Neste sentido, Bossuet conquistou a antipatia de todos aqueles que carregavam consigo o desejo de mudança. Segundo Sainte-Beuve,

Havia muitas coisas de que ele não gostava, que ele não entendia ou (...) as quais ele não queria entender. Os espíritos curiosos e livres, os espíritos delicados e distintos são inclinados a não gostar de Bossuet, eles têm suas razões por esta antipatia. (...) Os filósofos de seu lado, os amadores de ideias novas e os pesquisadores de verdades não perdoam em Bossuet sua imobilidade estável e imperiosa, seu *veto* contra tudo o que se tentava fazer, seja ao cristianismo, seja ao espírito filosófico (SAINTE-BEUVE, 1928, pp. 101-103).

A este respeito, Lavissee é ainda mais duro em seu julgamento sobre Bossuet. Para Lavissee,

Bossuet é o exato representante de um século que acreditou que da união da antiguidade profana com a antiguidade sagrada encontraria ‘o imóvel sustentáculo’ de todas as coisas. Ele é um pregador da imobilidade. Ele vê bem que o espírito continua a mover-se, ele o vê muito claramente. As consequências certas do protestantismo e da filosofia cartesiana lhe são odiosas. Ele detesta todo o futuro. Ele nos amaldiçoa por avanço. Por isto nos é estranho e distante. Ele não tem nada a nos ensinar, ele que nada inventou e não quis que se inventasse nada. Bossuet não está de forma alguma na circulação dos espíritos. É, como Versalles, um monumento colossal, símbolo de uma época, e toda repleta de objetos grandes e raros, mas inabitável, que é preciso que se remova para ir visitá-lo (LAVISSE, s.d., p. 111).

Conforme constata Charbonnel, oriundo de uma família de magistrados ligados à corte e fiéis às tradições galicanas, Bossuet sempre se prontificou “a exaltar a antiguidade e a missão da casa de França”. Tratava com severidade qualquer espécie de rebelião. Ele acreditou na monarquia de direito divino e a defendeu com ardor, expondo sua doutrina justificadora na *Politique*. Ele teve grande preocupação em mostrar quais eram os deveres dos reis, dando-lhes conselhos e advertindo-os. Bossuet, antes de tudo, foi um “teólogo tradicionalista, nutrido da escolástica, familiarizado com os Padres e com os grandes apologistas”, particularmente com Santo Agostinho. Ele desconfiava da “curiosidade”, do “desejo ardente de inovar”, das causas sem mérito que levam à heresia. Como defensor do dogma e guardião da verdade, ele se manteve distante da indulgência casuística e da austeridade jansenista. Reagiu com severidade contra o ousado misticismo de Fénelon. Foi com grande contentamento que aplaudiu a revogação do Edito de Nantes, em 1685. Para Bossuet, o poder civil, oficial, tinha o direito de lutar contra os elementos de discórdia, porém, que esta luta fosse tratada por meio da moderação e não da violência. Em suas cartas e nas *Instructions pastorales* de 1700, recomendou veementemente “a moderação, a doçura, a evangélica persuasão, armas mais eficazes que a violência” (CHARBONNEL, 1942, p. 27). Bossuet empreendeu uma dura crítica contra qualquer espécie de liberdade de pensamento, denominada por ele “libertinagem”. Se ele tomou tal atitude em pleno despertar do espinosismo é porque ele percebia que qualquer concessão doutrinal significaria uma ameaça à ortodoxia (cf. CHARBONNEL, 1942, p. 28).

Após esta explanação sobre a vida, a obra, o pensamento e as influências sobre Bossuet, analisaremos, agora, o seu pensamento teológico-político, no artigo terceiro do livro nono da *Politique*, no que se refere à relação entre a vida amorosa de Luís XIV e as guerras civis ocorridas na França, assim como as que poderiam vir a ocorrer, caso o monarca não ouvisse os seus conselhos.

Dentre as inúmeras obras de Bossuet, destacaram-se duas, que ele redigiu no período do preceptorado do Delfim: *Discours sur l'Histoire Universelle. A Monseigneur le Dauphin e Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte*. Desta última, somente os seis primeiros livros foram redigidos entre 1669 e 1681, durante o preceptorado; os quatro livros restantes foram escritos vinte anos depois, de 1701 a 1702. Portanto, Bossuet concebeu o livro nono da *Politique* em sua velhice, no bispado de Meaux, aos 71 anos de idade.

No artigo terceiro do livro nono da *Politique*, redigido em 1701, sustentado nas Sagradas Escrituras, Bossuet lembra que o rei Davi, muito indulgente diante das ousadias de seu filho Absalão e excessivamente encantado por Betsabá, descuidou-se completamente do Hebron. Nisso, Absalão, um príncipe muito astuto, aproveitou-se da conjuntura em que a reputação de seu pai era fraca no Hebron para incitar uma guerra civil contra ele, com o objetivo de tomar-lhe o poder:

Jamais príncipe havia nascido com maiores vantagens naturais, nem mais capaz de causar grandes movimentos e de formar um grande partido em um Estado que Absalão, filho de Davi. Entre as graças que acompanhavam toda a sua pessoa, era o mais acolhedor e o mais amável de todos os homens. Ele fazia parecer um amor imenso pela justiça, e sabia agradecer por esse lado de lá todos aqueles que pareciam ter o menor assunto para se lamentar. (...) Davi fora talvez um pouco descuidado desse lado de lá, enquanto encontrava-se encantado por Betsabá. Seja o que for, Absalão soube aproveitar da conjuntura, em que a reputação do rei seu pai parecia estar calada por esta fraqueza (...). Ele era o filho primogênito do rei, o trono o concernia. E ele estava tão próximo do trono, que apenas lhe restava um passo a fazer para nele subir. Para se dar um destaque proporcional a um tão alto nascimento, 'ele se fez cercar de carruagens e de cavaleiros, com cinquenta homens que o precediam'; e ele se impunha ao povo com este brilho. Essa foi uma falta contra a boa política. E não era preciso nada permitir de extraordinário a um espírito tão empreendedor. O rei, pouco desconfiado de sua natureza e sempre muito indulgente com seus filhos, não o reprimiu por esta conduta ousada. (...) Quando ele estabeleceu bastante suas idéias por todo o reino e que se acreditou em estado de reinar, escolheu a cidade de Hebron, a antiga sede do reino (...) para se declarar. (...) Absalão foi antes a Hebron, de onde desencadeou a revolta em todo Israel. E se gritava de todos os lados: 'Absalão reinou em Hebron'. Esse príncipe astuto engaja nessa viagem duzentos dos principais homens de Jerusalém, que não pensavam em nada menos que fazer Absalão rei. (...) e esse príncipe não esquecia de nada para dar reputação a seu partido. (...) Tal era o estado dos assuntos do lado dos rebeldes (BOSSUET, 1967, pp. 339-341).

Como vimos acima, no artigo terceiro do livro nono da *Politique*, Bossuet chama a atenção para uma questão, a seu ver, importantíssima: o príncipe não pode deixar que a sua vida amorosa o desvie dos assuntos de seu reino. Ao dizer que Davi negligenciou o seu reino devido a estar encantado por Betsabá, Bossuet está fazendo alusão ao longo período em que Luís XIV (1638-1715) esteve envolvido com inúmeras amantes, sem levar em conta os males

que isso poderia causar a ele e ao reino da França. Marc Fumaroli definiu a época moderna como a “idade da eloquência” (cf. FUMAROLI, 1994).

É bom lembrar que a retórica sagrada teve um papel fundamental no desenvolvimento da eloquência. O Concílio de Trento (1545-1563) atribuiu à oratória um meio eficaz para a salvação da Igreja e a doutrinação das pessoas. Logo, o estudo da retórica sagrada disseminou-se na Europa mediante várias obras do gênero. Lembremos que Bossuet estudou em escola de jesuítas, onde o ensinamento da eloquência sagrada era profundamente valorizada pelos padres que tinham como uma de suas funções a pregação. Além disso, Bossuet era um bispo representante da Igreja católica na França. Ele foi escolhido por Luís XIV para ser o seu conselheiro espiritual. Porém, o *Bispo de Meaux* não se preocupava apenas com a vida espiritual do monarca - em seu discurso, percebemos claramente o quanto as questões políticas estavam imbricadas às religiosas. Na *Politique*, Bossuet recorre a exemplos do Antigo Testamento da Sagrada Escritura visando doutrinar o rei tanto na religião quanto na política. Vejamos, então, em que se fundamenta a censura de Bossuet à vida amorosa do monarca.

Luís XIV apaixonou-se por várias mulheres (cf. FRASER, 2009). Ele apaixonou-se seguidamente por duas sobrinhas de Mazarino³, Olympe Mancini e, depois, por Marie Mancini. Porém, ele teve de sacrificar esta última paixão em nome da razão de Estado. O fato é que ele assinou o tratado dos Pireneus com a Espanha, em 1659, e em 9 de junho de 1660, em Saint-Jean-de-Luz, casou-se com a infanta espanhola Maria Tereza. Como lembra Pierre Chaunu, a este respeito, o final da guerra franco-espanhola (1648-1658) foi assinalada com a Paz dos Pireneus, em 1660. Neste tratado, a reconciliação entre a França e a Espanha afirmava-se pelo casamento de Luís XIV com Maria Tereza, a infanta espanhola, filha de Filipe IV, o Habsburgo espanhol (cf. CHAUNU, 1987, p. 125; SHENNAN, 1954, p. 50).

Aos olhos de Luís XIV, Maria Tereza não era bonita e nem inteligente; além disso, não se desfazia do sotaque espanhol, tão detestado por ele. Por isso, Maria Tereza não conseguiu cativar o interesse e o amor do rei. Sendo assim, ele foi buscar a paixão e o amor nos braços de inúmeras amantes. Mas é bom lembrar que Luís XIV cumpriu o seu papel de marido, pois teve seis filhos com Maria Tereza, dos quais apenas um sobreviveu, o grande Delfim, de quem Bossuet foi preceptor.

Dentre as inúmeras amantes de Luís XIV, destacaram-se três. Louise Françoise, duquesa de La Vallière (1644-1710), foi a primeira. Alguns meses após o seu casamento, Luís XIV apaixonou-se por Louise de la Vallière, uma das *filles d'honneur* de Henriette d'Orléans,

³ O cardeal Mazarino era o primeiro ministro de Luís XIV. Mazarino exerceu o ministério até 1661, ano de sua morte.

esposa de seu irmão Filipe, paixão esta que tornou a sua estada no castelo de Fontainebleau, durante o verão de 1661, muito mais encantadora. Vejamos como se deu este romance. Com o apoio de Ana d'Áustria, rainha mãe e regente, Louise de La Vallière entrou na corte a serviço da esposa do irmão de Luís XIV. A bela jovem apaixonou-se pelo rei logo no primeiro encontro. Do romance, que durou de 1661 a 1667, nasceram 4 filhos, sobrevivendo apenas dois. Em 1667, percebendo a forte paixão de Luís XIV por Madame de Montespan, Louise de La Vallière foi viver no convento das carmelitas.

A segunda era uma mulher casada, a bela Françoise-Athénaïs, Madame de Montespan. Françoise-Athénaïs (1640-1707) era filha de um duque francês. Foi introduzida na corte com o auxílio de Ana d'Áustria, ganhando o cargo de dama de companhia da cunhada de Luís XIV. Françoise-Athénaïs casou-se com o marquês de Montespan, em 1663, com quem teve dois filhos. Ela conheceu Luís XIV em 1666, tornando-se sua amante no ano seguinte. Ao saber do adultério de sua esposa, o marquês de Montespan armou um enorme escândalo na corte. Por isso, Luís XIV ordenou que o marquês fosse preso e depois exilado em suas propriedades. Durante quatorze anos, a marquesa de Montespan foi amante oficial do rei. Após a morte de sua patroa, Madame de Montespan passou a ser a dama de companhia de Maria Tereza, não perdendo nenhuma oportunidade para humilhá-la. Em 1670, para levar Madame de Montespan consigo em uma campanha militar, e, ao mesmo tempo, evitar um escândalo, Luís XIV procurou desviar a atenção do público de seu envolvimento com ela, levando também a rainha e Louise de La Vallière, sua antiga amante. Em suas *Mémoires*, o duque de Saint-Simon (1675-1755)⁴ conta que, ao longo do caminho, o povo corria para ver o rei com suas três rainhas. A ligação entre Luís XIV e Madame de Montespan estendeu-se até 1681. Ela teve 8 filhos com o rei, porém, somente 4 chegaram à idade adulta. Enquanto Madame de Montespan possuía o título de amante oficial do rei, este envolveu-se com outras mulheres, entre elas Françoise d'Aubigné, Madame de Scarron, tornada depois Madame de Maintenon, escolhida, em 1669, pela própria Madame de Montespan para ser governanta de seus filhos com o rei.

Françoise d'Aubigné (1635-1719) era de origem humilde. Aos 16 anos de idade, casou-se com o poeta e boêmio Paul Scarron, com 42 anos de idade e parálítico. Com o casamento, Françoise conheceu a vida boêmia e ao mesmo tempo instruiu-se, já que o marido vivia rodeado por homens influentes ligados às artes e às letras. Françoise cuidou do marido com abnegação até a sua morte, em 1660. Scarron não deixou a Françoise nenhuma fortuna,

⁴ O francês Louis de Rouvroy, duque de Saint-Simon, foi um grande memorialista do século XVII. Saint-Simon era de origem nobre, filho único do duque Claude, cavaleiro fiel de Luís XIII. Entrou para o exército, mas pediu baixa devido a não alcançar as promoções que julgava merecer. Ele escreveu as *Mémoires* quando viveu na corte de Luís XIV, de 1694 a 1723.

porém, uma vasta cultura e bons contatos. Devido a esses contatos, ela passou a receber uma pequena pensão de Ana d'Áustria. Com a morte da regente, a pensão foi restabelecida por Madame de Montespan, amante do rei. A boa imagem de abnegação dedicada ao falecido marido valeu a Françoise o convite para ser governanta e educadora dos filhos bastardos de Luís XIV com Madame de Montespan, em 1669. Françoise encontrou-se pela primeira vez com o rei em 1670, quando este foi visitar seus filhos. Em 1675, grato pelo zelo da governanta e preceptora com os seus filhos, sobretudo com o filho doente, e, ao mesmo tempo, encantado com a sua inteligência, o rei a nomeou marquesa; ela se tornou, então, Madame de Maintenon (cf. PILASTRE, 1907; SAINTE-BEUVE, 1853, pp. 284-298; LAVALLÉE, 1862).

O verdadeiro relacionamento entre Madame de Maintenon e Luís XIV iniciou-se neste mesmo ano, 1675. Madame de Montespan foi expulsa da corte em 1681. Nesse ano, Madame de Maintenon tornou-se a amante oficial do rei. Maria Tereza morreu em 30 de julho de 1683. Quarenta dias depois, em 9 de setembro, com o apoio do clero, particularmente de Bossuet, Luís XIV casou-se secretamente com Madame de Maintenon (cf. TRUCHET, 1966, p. 309; BITTENCOURT, 2007, p. 152). Mas, pelo fato de ser de baixo nascimento, a nova esposa do rei não seria rainha. Ela viveu com o rei até a morte deste, em 1715. Madame de Maintenon era muito religiosa, exercendo grande influência sobre o esposo. Após casar-se com ela, Luís XIV tornou-se mais devoto aos preceitos da religião católica: passou a assistir mais missas diárias, como também deixou de lado o adultério; frequentemente, ele era visto pelos cantos do palácio de Versalhes com um rosário nas mãos. Mas a influência de Madame de Maintenon sobre Luís XIV não se restringiu à esfera religiosa. Ela o influenciou imensamente em questões políticas (cf. BAUDRILLART, 1890, pp. 101-161; DE NOAILLES, 1848-54; LANGLIS, 1931, pp. 254-299).

Como vimos, antes de se casar com Madame de Maintenon, Luís XIV levava uma vida considerada imoral pelos padrões da Igreja católica; cometia adultério de todos os tipos. Ele e sua corte viviam cercados de escândalos (cf. BITTENCOURT, 2007, pp. 152-153). A união entre Luís XIV com suas amantes oficiais provocou protestos dos devotos da corte e de seus predicadores, dentre eles Bossuet, que era seu conselheiro espiritual e político.

Tudo indica que, na concepção de Bossuet, a verdadeira Betsabá na vida de Luís XIV foi Madame de Montespan. No entendimento de Bossuet, a bela Madame de Montespan representou para Luís XIV o mesmo que a bela Betsabá para Davi, pois, assim como Betsabá, Madame de Montespan era casada. Davi ordenou a Joab, o comandante de seus exércitos, que colocasse Urias, o marido de Betsabá, um destemido soldado e extremamente leal a ele, na

mais perigosa frente de combate e não lhe prestasse socorro, para que morresse em batalha e, assim, pudesse viver livremente com a amante, que já carregava um filho seu no ventre. Ora, o destino do marido de Madame de Montespan não foi muito diferente ao de Urias, pois ele foi preso e depois teve de viver exilado, enquanto a sua esposa tornou-se a amante oficial do rei. Os dois casos foram envolvidos por muito escândalo, abalando profundamente a reputação dos dois renomados reis perante os seus súditos.

Madame de Montespan era considerada por seus contemporâneos uma mulher ardilosa. Durante o seu envolvimento com Luís XIV, houve uma sucessão de envenenamentos em Paris. Ao ser interrogada, a bruxa La Voisini disse que, entre suas clientes, havia uma mulher muito importante, mas temia citar o seu nome. Em seu interrogatório, a filha da bruxa disse ter visto Madame de Montespan fazendo rituais com a mãe, chegando a ponto de sacrificar uma criança e depositar o seu sangue em um frasco junto com suas entranhas, frasco esse que Madame de Montespan teria levado na virilha, visando enfeitiçar o rei. Luís XIV tratou de encobrir o crime da amante, que ainda permaneceu na corte por um certo tempo, promovendo festas. Porém, ele passou a desprezá-la; não comia e não bebia nada que ela lhe oferecesse. Em 1681, ela saiu da corte, retirando-se em Paris.

Em 1675, Bossuet já empenhava-se na tarefa de separar Luís XIV de Madame de Montespan. Para isso, ele redigiu várias cartas e instruções ao rei (cf. TRUCHET, 1966, p. 308). Em sua *Carta a Luís XIV*, de maio de 1675, por exemplo, Bossuet mostra-se muito preocupado com a sua salvação. Ele diz ao rei que, se continuar a viver no pecado do adultério, não poderá alcançá-la. Conforme Bossuet,

Que penoso é libertar-se de tão desgraçado e funesto vínculo! No entanto, Sire, é necessário, ou não resta salvação a esperar. Jesus Cristo, que recebereis, vos dará forças, como vos deu o desejo de tê-las. Eu não peço, Sire, que apagueis num instante chamas tão violentas; isso seria pedir o impossível; mas tentai, Sire, diminuí-las pouco a pouco; temei mantê-las. (...) Tanto quanto posso, vejo Madame de Montespan, conforme Vossa Majestade me mandou. Encontro-a bastante tranqüila; ocupa-se muito com boas obras; e vejo-a muito comovida pelas verdades que lhe exponho, que são as mesmas que digo a Vossa Majestade. Deus queira que penetre em ambos até ao fundo do coração e ali acabem a sua obra, para que não sejam inúteis tantas lágrimas, tantas violências, tantos esforços como tendes feito sobre vós próprios. (BOSSUET, in LUÍS XIV, 1976, pp. 116-117).

Em 1683, logo após a morte de Maria Tereza, os clérigos, dentre eles Bossuet, desejosos que o rei abandonasse a sua vida, considerada por eles promíscua, organizaram secretamente o seu casamento com Madame de Maintenon, sua amante há oito anos. Ela era uma antiga calvinista convertida ao catolicismo. Devido a ser extremamente piedosa, os

clérigos viram nela o melhor meio para salvar a corte e o rei. Conforme observa Bittencourt, Madame de Maintenon contou com o apoio do clero,

encarregado de zelar pela salvação da corte, que produziu e sustentara a idéia de que esta virtuosa senhora, de origem pobre, foi uma escolha divina para salvar o rei promíscuo. Tal história teria justificado um casamento real secreto, porém presenciado e aprovado plenamente pelo clero (BITTENCOURT, 2007, p. 153).

Como vimos anteriormente, no artigo terceiro do livro nono da *Politique*, Bossuet deixa claro que, em seu entendimento, no período em que Luís XIV esteve envolvido com suas amantes, ele se descuidou completamente dos assuntos internos de seu reino, possibilitando que os seus inimigos internos, principalmente a alta nobreza, se fortalecesse com a sua baixa reputação e tramasse revoltas contra ele.

Ora, nas *Memórias*, Luís XIV aconselha o filho a ter precauções políticas nos seus amores. O rei diz ao filho que a conservação da glória e autoridade de um príncipe devem estar sempre em primeiro plano. Sendo assim, por mais apaixonado que esteja, o príncipe não pode relaxar de seu trabalho. Além disso, o príncipe jamais deve deixar que a mulher por quem estiver apaixonado intrometa-se nos assuntos de Estado, pois isto seria a total ruína de qualquer coroa. Segundo Luís XIV,

Como o príncipe deve ser sempre um perfeito modelo de virtude, seria conveniente que se garantisse de maneira absoluta contra as fraquezas comuns ao resto dos mortais, sobretudo tomando em consideração que pela certa não permanecerão desconhecidas. No entanto, se acontece que caímos com nosso pesar em alguns desses devaneios, pelo menos é preciso que, para diminuir as suas conseqüências, se observem duas precauções que eu tenho sempre praticado e que me deram sempre bom resultado. A primeira é que o tempo que concedamos ao nosso amor não redunde nunca em prejuízo de nossos assuntos, porque o nosso primeiro objetivo deve ser sempre a conservação da nossa glória e da nossa autoridade, as quais apenas se podem manter mediante um trabalho assíduo. Pois, por muito apaixonados que possamos estar e pelo próprio interesse da nossa paixão, devemos considerar que diminuindo o crédito público diminuiríamos também a estima da própria pessoa por causa de quem a nossa atividade se relaxou. Mas a segunda consideração – que é a mais delicada e a mais difícil de praticar – consiste em que abandonando a essa paixão o nosso coração, devemos ser donos do nosso espírito, sabendo separar as ternuras do amante das resoluções do soberano; e que a beleza que produz o nosso prazer não tenha nunca a liberdade de nos falar de nossos assuntos nem das pessoas que neles nos secundem. (...) Confessar-vos-ei que a um príncipe cujo coração está muito perturbado pelo amor e cheio de estima pela que ama lhe é penoso tomar todas essas precauções. Mas é nas situações difíceis que é mister demonstrar a nossa virtude. E, por outro lado, são com toda a certeza de absoluta necessidade; por não as terem observado, vemos na história muitos funestos exemplos de casas extintas, tronos derrubados, províncias arruinadas e impérios destruídos (LUÍS XIV, 1976, pp. 87-89).

As *Memórias* de Luís XIV foram concebidas durante o seu envolvimento com Madame de Montespan. Luís XIV começou a ditar as *Memórias* ao seu secretário em 1668,

um ano depois de ter elegido Madame de Montespan como sua amante oficial - portanto, no auge da paixão. A obra foi interrompida em 1672, quando eclodiu A Guerra da Holanda, e Madame de Montespan usufruirá do *status* de sua amante oficial até 1681, apesar de o rei já estar envolvido com Madame de Maintenon desde 1675. Luís XIV sempre soube separar a vida amorosa dos assuntos de Estado. Os seus contemporâneos são unânimes em reconhecer a sua intensa capacidade de trabalho. Do início ao fim de seu longo reinado, ele não descuidou um só instante das questões internas de seu reino. Portanto, neste ponto, a crítica de Bossuet não tem fundamento.

A casuística originou-se no século XVII para designar raciocínios morais desviantes da moral cristã construídos para justificar os atos considerados moralmente duvidosos. Os padres jesuítas, confessores de pessoas eminentes da época, como reis e príncipes, frequentemente recorriam a este meio para se referirem à falta de rigor moral e religioso. Os padres jesuítas que recorriam à casuística foram imensamente criticados na época, principalmente pelos jansenistas, seus opositores. O bispo Bossuet, apesar de ter feito os seus primeiros estudos em escola de jesuítas, não entrou para a Companhia de Jesus. Como evidencia o teor da crítica que Bossuet faz ao monarca, em sua *Carta a Luís XIV*, de 1675, mostrada anteriormente, quando de seu envolvimento com Madame de Montespan, ele não era adepto da casuística. Aliás, Bossuet era extremamente conservador. Não aceitava e combatia tudo o que aparecesse como inovador em sua época.

Se no século XVII a casuística permitia conciliar a sincera devoção real com a “infração” das “favorites royales” (cf. GAUDELUS, 2000, pp. 513-526; CHALINE; RUGGIU, 2000, pp. 451-458), devemos considerar que Bossuet era um teólogo para quem o adultério era um pecado sem salvação. Extremamente preocupado com a salvação do príncipe, por quem nutria uma afeição sincera, e, ao mesmo tempo, zeloso pela sua autoridade, pelo seu poder, é aceitável a censura que Bossuet lhe dirige.

Certamente, a intenção de Bossuet era alertar Luís XIV para o risco que existe quando os reis se preocupam somente com as suas relações amorosas, negligenciando completamente os assuntos de seu reino, ocasião de que os príncipes de sangue podem se aproveitar para se insurgir.

No processo de consolidação do absolutismo, a nobreza passou por um processo de transformação, perdendo antigos direitos e privilégios. Entre eles “teve de deixar o exercício militar da violência privada” e “os direitos políticos de autonomia representativa”, segundo constata Perry Anderson (cf. ANDERSON, 1989, p. 47). Para Norbert Elias, a conversão de uma nobreza relativamente independente em uma nobreza cortesã veio acompanhada também

de uma transformação e uma reestruturação de sua hierarquia original. Essa reestruturação, ou seja, a destruição da hierarquia tradicional em prol de um novo ordenamento forçado pelo rei, acarretou uma resistência por parte da nobreza; ainda no tempo de Luís XIV, a nobreza trazia consigo o sonho de recuperar a sua condição independente (cf. ELIAS, 2001, p. 211; LE ROY LADURIE, 1997).

Em 1630, em Dijon, ocorreu a revolta conhecida como *Lanturelu*, provocada por um edito de Luís XIII. Os camponeses e vinhateiros dos arredores da Borgonha “pilharam e incendiaram as casas” gritando “viva o imperador!” O pai de Bossuet, que fazia parte do Conselho de Estado, conseguiu, de um lado, fazer com que Luís XIII retirasse o seu edito, e, de outro, pacificar as massas rebeldes que estavam em uma praça “em frente a sua própria casa” (GAQUÈRE, 1965, p. 30). Com certeza, essas imagens de revolta ficaram gravadas na memória do pequeno Bossuet, que neste período tinha três anos de idade, levando-o, alguns anos mais tarde, a defender a ordem, a submissão ao príncipe e o combate à anarquia.

Em sua juventude, Bossuet assistiu de perto uma situação conflituosa para a monarquia absolutista. Na menoridade de Luís XIV, a França foi cenário de duas guerras civis, ocorridas de 1648 a 1653, conhecidas por Fronda. Esta começou em 6 de janeiro de 1648, quando a corte francesa abandonou Paris (cf. CORVISIER, 1976, p. 211). A Fronda ocorreu no período em que Bossuet estudava no Colégio de Navarra e residia em Paris. O absolutismo francês foi ameaçado pela Fronda. Por isso, este é um dos acontecimentos políticos que mais marcaram o pensamento político de nosso autor. Fronda é uma “palavra francesa que denominava os estilingues com que as crianças de Paris faziam batalhas nas ruas” (SHENNAN, 1954, p. 20). A Fronda foi um período agitado de lutas em Paris: excessos populares, iniciativas do Parlamento, comportamentos ambiciosos dos príncipes. Foi um período de idas e vindas da corte; num certo momento, o pequeno rei teve de fugir de Paris (cf. HENRI-BERR, in ANDRÉ, p. XII; Shennan, 1954, p. 20). No processo de consolidação do absolutismo, de acordo com Pierre Chaunu, “a Fronda abre um parêntese, de 1648 a 1653 (...) um parêntese de semi-barbárie, de isolamento e de decomposição social difícil de fechar” (CHAUNU, 1987, p. 124).

Durante quase quarenta anos de Guerras de Religião (1562-1598), houve uma descentralização do poder na França. Porém, por meio da promulgação do Editto de Nantes, em 1598, Henrique IV⁵ impôs o poder centralizado no reino, o qual foi restaurado por Luís XIII⁶ e seu primeiro-ministro, Richelieu. A alta nobreza francesa, que havia perdido o seu

⁵ Henrique IV reinou na França de 1589 a 1610.

⁶ O reinado de Luís XIII estendeu-se de 1610 a 1643.

poder político no processo de centralização monárquica, tomou o modelo do Sacro Império Romano-Germânico como ideal, o qual consistia na “divisão regional de todo o território francês e um poder real estritamente limitado, se possível apenas honorífico, deixado ao rei” (HATTON, 1971, p. 80).

Quando da morte de Luís XIII, em 1643, Luís XIV não havia completado 5 anos de idade. Em sua menoridade, o governo central era exercido pela Rainha-Mãe, Ana d’Áustria, e pelo primeiro-ministro, o cardeal Mazarino, um italiano de origem, que havia sucedido Richelieu em 1642. Mazarino e a rainha regente buscavam conservar o poder da coroa em proveito do pequeno rei. Defendiam que tinham o direito de tomar as decisões legislativas sem ser preciso consultar os príncipes de sangue real, que antes tinham o papel de conselheiros naturais da realeza, como também o Parlamento de Paris, o principal tribunal da França. Este foi o principal motivo dos distúrbios sociais que se seguiram. O Parlamento de Paris, que concebia a monarquia como sendo moderada por poderosas dietas dos Estados, opuseram-se, por meio da organização de uma Fronda do terceiro Estado, a qual mais tarde associou-se à Fronda da nobreza (cf. HATTON, 1971, p. 81; SHENNAN, 1954, p. 20).

Os camponeses e trabalhadores das cidades há muito tempo estavam revoltados com a exploração a que eram submetidos, sobretudo pelo pagamento de altos impostos. Os parlamentares e a alta nobreza serviram-se desse descontentamento do povo para os seus próprios interesses, jogando-o contra o Estado. Como afirma Perry Anderson,

Em certos aspectos, a Fronda pode ser considerada como uma alta ‘crista’ da onda prolongada de revoltas populares, na qual, por um breve espaço de tempo, setores da alta nobreza, da magistratura detentora de cargos e da burguesia municipal lançaram mão do descontentamento das massas para seus próprios fins, contra o Estado Absolutista (ANDERSON, 1989, pp. 97-98).

Até o término da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e a aquisição da Alsácia, a política externa da França foi dirigida por Mazarino com muita habilidade. Porém, depois da Paz de Vestfália (1648), ao alongar a guerra contra a Espanha até o Mediterrâneo, “ele provocou a crise da Fronda”. Constata Perry Anderson que o aumento dos impostos para bancar a guerra no estrangeiro deu-se no momento de três sucessivas más colheitas: 1647, 1649 e 1651. Conforme o autor,

A fome e a fúria popular combinaram-se com uma revolta dos *officiers* liderados pelo *Parlement* de Paris contra o sistema de *intendants*, que foi apressada pela exasperação com a guerra; com o descontentamento dos *rentiers* diante da desvalorização de emergência das obrigações públicas; e com o ciúme de poderosos

pares do reino perante um aventureiro italiano, que manipulava uma minoria vinculada ao rei (ANDERSON, 1989, p. 98).

Conforme observa Perry Anderson, “o desfecho seria um entrevero confuso e penoso”. À medida que as províncias iam se desvinculando de Paris, parecia que o campo se desintegrava; todo o país era saqueado pelos exércitos privados, ditaduras municipais rebeldes eram estabelecidas pelas cidades, príncipes rivais competiam pelo controle da corte. Os governadores das províncias aproveitaram-se da ocasião para fazer o acerto de contas com os parlamentos locais, e as autoridades municipais para atacar os magistrados. Muitos dos aspectos característicos das Guerras Religiosas foram reproduzidos pela Fronde. Durante esta última, a insurreição urbana extremamente radical dava-se ao mesmo tempo em que ocorria uma insurreição no campo; a *Ormée* de Bordeaux e o extremo sudoeste, a região rural mais insatisfeita, “foram os últimos centros de resistência aos exércitos de Mazarino” (ANDERSON, 1989, p. 98).

A Fronde deu lugar a publicações de libelos. Nas incontáveis Mazarinadas – panfletos que jogavam a população contra Mazarino e agitavam idéias revolucionárias (cf. CORVISIER, 1976, p. 198) – ocorridas durante a Fronde, reapareciam noções conhecidas, como a ideia de pacto concluído entre o rei e o seu povo no momento da sacração; as prerrogativas dos Parlamentos e dos Estados Gerais como sendo os guardadores e administradores das leis e costumes que tradicionalmente serviam para moderar o poder monárquico e o direito de resistência ativa diante dos abusos dos governantes. Os franceses denunciavam o ‘ministeriato’, ou seja, a tirania do primeiro-ministro Mazarino e a de seu antecessor Richelieu; para os súditos, não existia mais o seguro direito à propriedade e nem à liberdade natural (cf. CHEVALLIER, 1982, p. 376).

Nessas Mazarinadas, assiste-se aos debates sobre os limites do poder real. Em *Recueil de maximes véritables et importantes pour l’institution du roi, contre la fausse et pernicieuse politique du cardinal Mazarin, prétendu surintendant de l’éducation de Sa Majesté*, publicada em 1652, Claude Joly (1607-1700), um antigo advogado no Parlamento de Paris, descendente de uma antiga família de magistrados, defendia que o príncipe só podia tributar o povo se este consentisse; e que havia um contrato na origem do poder real, no qual o povo havia renunciado a seu poder em favor do príncipe que, em contrapartida, devia fazer justiça e protegê-lo: “depois do que, Deus aprova o referido ato, sela-o e confere-lhe força executória” (TOUCHARD, 1970, p. 127). Conforme Touchard, a obra de Claude Joly “exprime (...) o ponto de vista de uma considerável facção da burguesia parlamentar”. O *Recueil de maximes*

“foi condenado a ser queimado” pela sentença de 11 de janeiro de 1653 (TOUCHARD, 1970, p. 127).

De acordo com Chevallier, “temos aí um lembrete da tradição medieval mais autêntica” (CHEVALLIER, 1982, p. 377). Tal idéia foi desenvolvida pelos protestantes calvinistas no decorrer das Guerras de Religião no final do século XVI. Eles defendiam a ideia de contrato, segundo a qual se o príncipe não cumprisse a sua parte, tornando-se um tirano, os representantes do povo tinham o direito de resistir-lhe, depondo-o. Esta idéia é defendida por Claude Joly durante a Fronda (cf. TRUCHET, 1966, p. 35).

Mas, quando o povo tomou o poder em Bordeaux e em Paris, era muito tarde “para que pudesse afetar o resultado dos conflitos entrecruzados da Fronda”; no sul, o partido huguenote⁷ manteve-se neutro; nenhum programa político coerente foi produzido pela *Ormée* de modo que pudesse superar a hostilidade da burguesia de Bordeaux. Assim, os últimos redutos de revolta foram eliminados por Mazarino e o general Turenne, em 1653 (cf. ANDERSON, 1989, p. 98).

O fato é que, durante a Fronda, a radicalização da revolta das massas foi maior que durante as Guerras Religiosas. Isto levou a burguesia e a alta nobreza a se unirem ainda mais e aceitarem o absolutismo do jovem príncipe. Desse modo, Segundo Perry Anderson, “o progresso de centralização administrativa e da reorganização de classe, concluído no seio das estruturas mistas da monarquia francesa, no século XVII, revelara a sua eficácia” (ANDERSON, 1989, pp. 98-99). De acordo com Chevallier, o lembrete da tradição medieval foi inútil,

Esse despertar do antiabsolutismo não passa de um fogo de palha, cuja inquietante fumaça logo se dissipa. O que restará da Fronda é, ao lado do ódio do primeiro-ministro, o desejo de uma autoridade real que se manifeste de maneira ao mesmo tempo pessoal e vigorosa contra todos os fatores de desordem civil; são os franceses quase unânimes em seu amor ao jovem rei fora de perigo (CHEVALLIER, 1982, p. 377).

Segundo Hatton, “Luís XIV é declarado maior (...) aos 14 anos de idade, a fim de que o símbolo de um governante ‘no pleno gozo de seus direitos’ possa ajudar a reunificar um país pouco inclinado a submeter-se ao ‘conspirador estrangeiro’ [Mazarino]” (HATTON, 1971, p. 81).

Conforme nos chama a atenção Henri Berr, “se os franceses consideram Mazarino como um inimigo público, o culto pela realeza estava intacto”. O entusiasmo da população

⁷ Termo pejorativo com o qual os católicos franceses denominavam os protestantes calvinistas desde o século XVI.

francesa em sua entrada real em Paris, realizada no dia 25 de agosto de 1653, foi indiscutível. De fato, ao prestarmos atenção aos relatos dos contemporâneos, como Madame de Motteville, a Rainha-Mãe, e Jean Vallier, que foram testemunhas oculares dessa entrada real, podemos entender o sentimento geral da população parisiense de todas as condições sociais. Neste dia, o jovem rei foi muito bem recebido por ela, aplaudido e aclamado com gritos de alegria (cf. HENRI-BERR, in ANDRÉ, 1950, pp. XII-XIII).

Segundo Chevallier, “essa guerra de crianças – dirá Michelet – tão bem designada ‘com o nome de um brinquedo infantil’, teria comprometido, se lograsse êxito, todas as idéias absolutistas” (CHEVALLIER, 1982, p. 376). Como constata Lavissee, a Fronda não representou maior perigo para a monarquia porque a força que se levantou não foi conduzida por líderes apaixonados por ideias. Nem a burguesia nem a nobreza desejavam uma revolução - os trabalhadores das cidades e camponeses explorados não entendiam de política. A história da Fronda mostra a incapacidade dos opositores do rei em se reunir, de encontrar meios para opor-se à sua força. Com o fim da Fronda, a autoridade real saiu fortalecida: “Uma desordem onde cada um agia por si devia acabar pelo rei por todos” (cf. HENRI-BERR, in ANDRÉ, 1950, pp. XIII-XIV).

A Fronda foi o elemento que faltava para que o absolutismo se consolidasse na França. Por irônico que possa parecer, o resultado da Fronda foi totalmente contrário ao esperado pelos seus condutores. Durante a Fronda, o poder real correu sérios riscos, porém, no seu término ele saiu imensamente fortalecido. Desta forma, a Fronda contribuiu para a consolidação do absolutismo francês. A história nos mostra que, após longos períodos de anarquia, a população anseia por um poder forte e centralizado nas mãos de um soberano que possa trazer a paz e a harmonia à nação. De acordo com Chevallier, “a França de Luís XIV e de Bossuet foi preparada pela de Henrique IV e, depois, pela de Richelieu. Contudo, para assegurar, e (...) acelerar o seu advento, houve necessidade da Fronda e do seu malogro”. Ainda segundo este autor, “o fracasso da Fronda provocou uma completa inversão nas expectativas. (...) o Estado monárquico absoluto, mais confiante no seu pleno triunfo sobre os inimigos, ia impor-se sem contestação e sem contra-partida” (CHEVALLIER, 1982, p. 376).

Quando o pai de Bossuet instalou-se em Metz, ocupando o cargo de conselheiro do Parlamento desta cidade, deixou os filhos sob a responsabilidade do tio Claude Bénigne Bossuet, que era conselheiro do Parlamento da cidade de Dijon (cf. SAINTE-BEUVE, 1928, pp. 29, 104; GAQUÈRE, 1965, p. 27). Claude Bénigne Bossuet mantinha relações estreitas com o príncipe de Condé. Devido à sua fidelidade a este príncipe, foi promovido de Conselheiro do Rei no Parlamento de Dijon a Visconde-Maior da cidade (cf. GAQUÈRE,

1965, 1965, p. 9). Na segunda magistratura de Claude Bénigne Bossuet, explodiu a Fronda parlamentar, em 1648. Ele expressou, então, toda a sua lealdade ao príncipe de Condé, chegando a declarar aos nobres que “seria preciso agir para que o mal de Paris não pudesse chegar até eles” e que “os habitantes de Dijon nunca se afastariam da fidelidade que eles juraram ao Rei, e da obediência que lhe é devida!” (GAQUÈRE, 1965, p. 28). O príncipe de Condé era amigo e protetor da família de Bossuet (cf. SAINTE-BEUVE, 1928, p. 108). Como observa Ernest Lavisse, “Bossuet nasceu sob fundo realista sólido”. Nos tempos turbulentos da Reforma, da Liga e da Fronda, sua família sempre manteve a sua fidelidade à Igreja e ao rei (cf. LAVISSE, s.d., p. 108).

Na época em que era estudante e residia em Paris, Bossuet assistiu à Fronda e à anarquia desencadeada por esta guerra civil. Esse episódio foi “um curso resumido de política”, e Bossuet soube tirar dele uma grande lição. Para ele, “mais vale, certamente, um senhor que mil senhores” (SAINTE-BEUVE, 1928, p. 31). Esta observação de Bossuet mostra a sua total desaprovação ao fato de no decorrer da Fronda o poder ter sido temporariamente descentralizado. As perturbações da Fronda ficaram gravadas na memória de Bossuet de uma tal maneira que, em vários textos, ele defenderá o poder centralizado e condenará abertamente todos os tipos de revoltas dos súditos contra os príncipes.

No reinado pessoal de Luís XIV (1661-1715), a nobreza encontrava-se completamente subjugada à realeza. Como a nobreza suportava tamanha humilhação? Neste período, qualquer tipo de resistência aberta estava vedado. Então, de que maneira a nobreza ainda expressava a sua resistência ao poder constituído?

De acordo com Norbert Elias, no período luiscatorziano, a resistência da alta nobreza ao poder constituído só era possível por meio da pena ou aliando-se ao Delfim, provável sucessor do trono. Na corte de Luís XIV, havia uma certa independência da alta nobreza em relação ao rei. Alguns cortesãos procuravam se aliar ao Delfim, mas essa independência não se transformava em uma oposição aberta devido à tática pessoal de Luís XIV em estar apoiado nos menos importantes. O método de Luís XIV era alimentar as hostilidades entre os súditos para diminuir as hostilidades dos súditos contra ele. “Eis, portanto, um dos métodos pelos quais o rei impunha uma união da sociedade de corte contra ele, promovendo e mantendo o equilíbrio de tensões que lhe convinha e que constituía o pressuposto de sua dominação” (ELIAS, 2001, p. 135). Conforme o autor,

Um nobre cortesão (...) se permitia, pessoalmente – e talvez em círculos íntimos de confiança – dirigir críticas severas ao governo do soberano, fazendo planos secretos, para depois da morte do rei, que possibilitariam à nobreza, sobretudo à alta nobreza,

recuperar seus direitos perante o rei e os ministros de origem burguesa. Na época em que Luís XIV viveu, havia apenas uma única forma de ação efetiva para expressar a reação dos nobres (...): a aliança com o possível sucessor no trono e a tentativa de conquistá-lo em nome das idéias de resistência. A resistência aberta tinha se tornado completamente impossível (ELIAS, 2001, pp. 205-206).

Na modalidade resistência através da escrita, encontram-se as críticas dirigidas a Luís XIV pelo burguês enobrecido La Bruyère (1645-1696), em suas *Caractères*, publicada pela primeira vez em 1688 e reeditada nove vezes até 1699; e, sobretudo, as de Fénelon (1651-1715), prelado aristocrata e preceptor de príncipe, na sua *Lettre à Louis XIV*, de 1695, e em *Les aventures de Télémaque*, publicada em 1699.

Em *Caractères*, La Bruyère criticava o fato de Luís XIV preocupar-se somente em empreender guerras de conquista enquanto o seu povo era submetido à extrema miséria (cf. LA BRUYÈRE, 1941, pp. 135-136) Nas *Lettres pastorales* e em *Les aventures de Télémaque*, Fénelon censurava Luís XIV por destinar os recursos do país às suas construções e às guerras de conquista, objetivando aumentar a sua glória, esquecendo-se de seu povo (cf. HASARD, 1988, p. 236).

De 1689 a 1699, Fénelon foi preceptor do duque de Borgonha, neto de Luís XIV, filho do primeiro Delfim de quem Bossuet fora preceptor. O duque de Borgonha recebeu de Fénelon uma excelente educação, completamente voltada à justiça, à piedade e ao bem comum. Fénelon escreveu a *Lettre à Louis XIV* e *Les aventures de Télémaque* no período do preceptorado. Em 1699, devido às duras críticas dirigidas à política de Luís XIV nessas obras, foi obrigado pelo rei a exilar-se na diocese de Cambrai, onde era arcebispo desde 1695. Mas, mesmo exilado, Fénelon continuou publicando obras nas quais incitava o duque de Borgonha a fazer reformas políticas, caso se tornasse rei.⁸

Fénelon também se encontrava na segunda modalidade de resistência da alta nobreza, a qual consistia em aproximar-se do Delfim. Em torno do duque de Borgonha desenvolveu-se uma oposição a Luís XIV. Fénelon e outros nobres formaram um círculo em torno do duque de Borgonha, e tentavam impor-se por meio dele. Fénelon lançava mão dos problemas da França, o aumento da miséria durante as guerras de conquista de Luís XIV, para fins políticos. Nas *Lettres à Louis XIV*, além do fim das conquistas e da reconstrução interna, ele reivindicava proteção para a nobreza tradicional à qual pertencia e que, durante o processo de centralização do absolutismo, perdera paulatinamente os seus direitos políticos para a realeza, ao mesmo tempo em que foi suplantada pela nobreza togada, que passou a ocupar, passo a passo, os cargos que antes lhe advinham. Contudo, as críticas de Fénelon ao absolutismo

⁸ Em 1711, com a morte do primeiro delfim, o duque de Borgonha tornou-se o segundo delfim para a alegria de Fénelon. Porém, a sua alegria durou muito pouco, já que o duque de Borgonha morreu um ano depois e ele morreu em 1715.

conservavam-se monárquicas, já que ele era leal à realeza. Apesar de suas propostas ousadas de reformas políticas, Fénelon não pensava em uma monarquia constitucional e nem em uma república. Suas críticas de oposição, como as de La Bruyère, consistiam em uma oposição aristocrática, que tinha por base a preocupação com as realidades populares.

No governo pessoal de Luís XIV, uma oposição ao poder “só podia ser velada ou clandestina”, segundo constata Méthivier (cf. MÉTHIVIER, 1950, p. 24). Com exceção dos panfletos vingativos dos protestantes franceses refugiados na Holanda, como os de Pierre Jurieu, que defendeu o direito à insurreição em nome da soberania nacional, a oposição a Luís XIV é semi-oficial. O crítico La Bruyère ousa apresentar a questão: “o rebanho é feito para o pastor, ou o pastor para o rebanho?”; o ousado Fénelon fala do egoísmo do rei em seus inúmeros panfletos reformados (cf. MÉTHIVIER, 1950, p. 24). No entanto, o plano de governo que Fénelon apresenta em 1711, nas *Tables de Chaulnes*, quando o seu ex-aluno se torna o segundo Delfim devido à morte do pai, contemplará apenas “uma monarquia controlada (Estados Gerais) e descentralizada (Estados provinciais) onde a espada enfim prevaleceria sobre a toga” (MÉTHIVIER, 1950, pp. 124-125).

O fato é que Bossuet estava censurando Luís XIV por estar tão ocupado com as suas relações amorosas a ponto de se esquecer dos assuntos interno do reino como: a boa formação que o duque de Borgonha recebeu de Fénelon; o círculo formado pelo grupo de Fénelon em torno do duque de Borgonha; a utilização, por parte de Fénelon, da miséria sofrida pela maioria dos franceses em decorrência das guerras de conquista de Luís XIV visando colocar o povo contra ele. Enfim, a preocupação excessiva de Luís XIV com seus amores em detrimento dos assuntos internos da França poderia, no entendimento de Bossuet, encorajar os inimigos internos, no caso os nobres que rodeavam o duque de Borgonha, sob a influência de Fénelon, a incitar o povo a uma guerra civil contra o monarca. As lembranças da Fronda atormentarão Bossuet até os últimos anos de sua vida. Por isso, ele esforçava-se em advertir Luís XIV que, se continuasse agindo daquela maneira, outra Fronda poderia acontecer, o que seria fatal ao seu poder.

REFERÊNCIAS

Fontes

BOSSUET, Jacques-Bénigne. **Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte**. Genève: Droz, 1967. (Edição crítica com introdução e notas de Jacques Le Brun).

_____. “Carta a Luís XIV, maio de 1675”. In: LUÍS XIV. **Memórias. A arte de governar**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.

LA BRUYÈRE. **Os caracteres**. Lisboa: Livraria Sá da Costa-Editora, 1941.

LUÍS XIV. **Memórias. A arte de governar**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.

Bibliografia

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BAUDRILLART, Alfred. Mme de Maintenon, son rôle politique pendant les dernières années du règne de Louis XIV, 1700-1715, in **Revue des questions historiques**, 47, Paris, 1890, pp. 101-161.

BITTENCOURT, Aqueda Bernardete. “Uma mulher à sombra do rei: Madame de Maintenon e a educação”. In: **Revista ETD**. Campinas, v. 9, nº 1, pp. 150-165, dez, 2007, ISSN 1676-2592.

CALVET, J. “Le XVII siècle. La littérature classique”. In: **Manuel illustré d'histoire de la littérature française**. Vingtième édition. Paris: J. de Gigord Éditeur, 1952.

CHALINE, Oliver; RUGGIU, François-Joseph. Louis XIV et la construction de l'État royal (1661-1672), in: **Histoire, économie et société**, 2000, voll. 19, nº4, pp. 451-458.

CHARBONNEL, J.-Roger (org.). “Bossuet et son temps”. In: BOSSUET, Jacques-Bénigne. **Oraisons funèbres et sermons**. Paris: Classiques Larousse, 1942.

CHAUNU, Pierre. **A civilização da Europa clássica**. Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. **História do pensamento político. Tomo 1. Da cidade-Estado ao apogeu do Estado-nação monárquico**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982.

CORVISIER, André. **História moderna**. São Paulo - Rio de Janeiro: Difel, 1976.

DE NOAILLES, Louis-Antoine. **Mme de Maintenon**. voll. 4. Paris, 1848-54.

DUSSAULT. “Notice sur Bossuet”. In: BOSSUET, Jacques-Bénigne. **Oraisons funèbres de Bossuet**. Paris: Librairie de Firmin Didot Frère, 1874. (Organização e notas de Dussault).

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FRASER, Antonia. **O amor e Luís XIV: as mulheres na vida do Rei Sol**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

FUMAROLI, Marc. **L’age de l’eloquence, rhétorique et “res literaria” de la Renaissance au seuil de l’époque classique**. Paris: Ed. A. Michel, 1994.

GAQUÈRE François. **Bossuet en ses ascendances (Préhistoire de Bossuet)**. Paris: Beauchesne, 1965.

GAUDELUS, Sébastien. La mise en spectacle de la religion royale : recherches sur la dévotion de Louis XIV, in: **Histoire, économie et société**, 2000, voll. 19, n°4, pp. 513-526.

HASARD, Paul. **La crisis de la conciencia europea (1680-1715)**. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

HATTON, Ragnhild. **A época de Luís XIV**. Lisboa: Editorial Verbo, 1971, (Col. História Ilustrada da Europa).

HENRI-BERR. “Avant-propos”. In: ANDRÉ, Louis. **Louis XIV et l’Europe**. Paris: Édition Albin Michel, 1950, (Coll. L’evolution de l’humanité).

LA BROISE, René. **Bossuet et la Bible**. Genève: Slatkine Reprints, 1971.

LANGLIS, M. Mme de Maintenon. Ses oeuvres complètes. La légende et l’histoire, in **Revue historique**, Paris, 1931, pp. 254-299.

LAVALLÉE, Théophile. **Histoire de la maison royale de Saint-Cyr (1686-1793)**. Paris: 1853.

_____. *Madame de Maintenon et la maison royale de Saint Cyr, (1686-1793)*. Paris, 1862.

LAVISSE, Ernest. **Histoire de France illustrée. Depuis les origines jusqu’à la Révolution**. 3ª edição. Paris: Librairie Hachette, s.d.

LE BRUN, Jacques. **La spiritualité de Bossuet prédicateur**. Paris: C. Klincksieck, 2002.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Saint-Simon ou le système de la court*. Paris: Fayard, 1997.

MÉTHIVIER, Humbert. **Le Siècle de Louis XIV**. Dixième édition. Paris: Presses Universitaires de France, 1950. (Coll. *Que Sais-Je?*).

MOUSNIER, Roland. **Os séculos XVI e XVII**. São Paulo: Difel, 1973.

OLIVEIRA, Maria Izabel B. de Moraes. “História Intelectual e Teoria Política: confluências”, In: LOPES, Marcos A. (org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 60-71.

PILASTRE, E. **Vie et caractère de Mme de Maintenon**. Paris, 1907.

SAINTE-BEUVE, Charles Augustin (org.). “Bossuet”. In: _____. **Les grands écrivains français**. Paris: Librairie Garnier Frères, 1928.

_____. **Causeries du lundi**. Voll. 4. Paris: Garnier Frère, 1853, pp. 284-298.

SÉE, Henri. **Idées politiques en France ao XVII siècle**. Paris: Marcel Giard Libraire-Éditeur, 1923.

SHENNAN, J. H. **Luís XIV**. São Paulo: Ática, 1954. (Col. Princípios).

SKINNER, Quentin. “Prefácio”. In: _____. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. “Entrevista”. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. G. **As muitas faces da história**. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

TOUCHARD, Jean. **História das idéias políticas**. Vol. 3. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970.

TRUCHET, Jacques (org.). **Politique de Bossuet**. Paris, Armand Colin, 1966. (Collection U).

TUCK, Richard. “História do pensamento político”. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.